



Conselho da  
União Europeia

Bruxelas, 5 de junho de 2020  
(OR. en)

8086/20

**POLGEN 46**

**NOTA**

---

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes
Assunto:	Fazer avançar a Agenda Estratégica Programa do Conselho para 18 meses (1 de julho de 2020 – 31 de dezembro de 2021)

---

Junto se envia, à atenção das delegações, o programa do Conselho para 18 meses, elaborado pelas futuras Presidências alemã, portuguesa e eslovena e pelo alto representante, presidente do Conselho dos Negócios Estrangeiros.

**O programa****I. INTRODUÇÃO**

A pandemia de COVID-19 constitui um desafio sem precedentes para a Europa e para todo o mundo. Sendo uma crise sanitária mundial tem tido efeitos dramáticos nas sociedades e economias dos Estados-Membros da UE, e exige uma ação urgente, decisiva e abrangente a nível da UE e a nível local, regional e nacional<sup>1</sup>. As três Presidências estão dispostas a fazer tudo o que for necessário para reforçar a resiliência da Europa, proteger os nossos cidadãos e superar a crise, preservando simultaneamente o nosso modo de vida e os nossos valores europeus. Ao assumir esta posição, o Trio está empenhado nas cinco vertentes de ação identificadas na Declaração comum dos membros do Conselho Europeu de 26 de março de 2020.

A crise da COVID-19, que foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pôs e continua a pôr seriamente à prova as sociedades e, em particular, os sistemas de saúde dos Estados-Membros. Os Estados-Membros e as instituições da UE cerraram fileiras num espírito de solidariedade para coordenar e aplicar as medidas pertinentes no domínio dos cuidados de saúde. Só uma política de saúde eficaz para conter e, em última análise, derrotar a ameaça que representa a COVID-19 pode assegurar uma retoma duradoura em todos os outros setores da economia e da vida pública.

---

<sup>1</sup> Ver Declaração comum dos membros do Conselho Europeu, de 26 de março de 2020.

Embora durante a Presidência croata já tenham sido tomadas muitas medidas para fazer face à crise, muito mais resta ainda por fazer, em especial no que diz respeito ao controlo da pandemia e ao regresso ao pleno funcionamento das sociedades e economias da Europa mediante a promoção de um crescimento sustentável e inclusivo, integrando nomeadamente a transição ecológica e a transformação digital e colhendo todos os ensinamentos da crise<sup>2</sup> e lidando as suas consequências socioeconómicas. Para o efeito, as três Presidências estão determinadas, como prioridade global, a aplicar todas as medidas adequadas conducentes a uma recuperação sólida da economia europeia, em consonância com uma estratégia de crescimento sustentável e inclusivo que tenha em conta o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050 e atenda aos significativos impactos sociais e às dimensões humanas. O Trio dará seguimento às futuras propostas da Comissão relativas à criação de um sistema de gestão de crises mais ambicioso, abrangente e coordenado na UE.

O Trio pauta-se pelos princípios estabelecidos no Roteiro Europeu Comum com vista a levantar as medidas de contenção da COVID-19 e no roteiro para a recuperação:<sup>3</sup> o plano para a recuperação tem de assentar na solidariedade, na coesão e na convergência; a recuperação tem de ser flexível, ágil e evolutiva, assim como inclusiva, e tem de implicar conjuntamente todas as partes envolvidas, no pleno respeito dos nossos valores e direitos e do Estado de direito.

As três Presidências envidarão todos os esforços no sentido de restaurar e aprofundar o mercado único, fazer avançar a transição ecológica e a transformação digital, zelar pela soberania digital, assegurar a autonomia estratégica da UE através de uma política industrial dinâmica, apoiar as PME e as empresas em fase de arranque, analisar o investimento direto estrangeiro, construir infraestruturas mais resilientes, em especial no setor da saúde, e produzir bens essenciais na Europa para reduzir a dependência excessiva de países terceiros—, em conformidade com as principais recomendações do roteiro para a recuperação.

---

<sup>2</sup> Ver o Roteiro Europeu Comum com vista a levantar as medidas de contenção da COVID-19, de 15 de abril de 2020.

<sup>3</sup> Roteiro para a recuperação – Rumo a uma Europa mais resiliente, mais sustentável e mais justa, de 22 de abril de 2020.

Sempre que necessário, o Trio dará o seu contributo e orientação para os esforços de investimento sem precedentes destinados a fomentar a recuperação, direcionados para objetivos comumente acordados e centrados onde for mais necessário. Estes esforços incluirão redes de segurança para os cidadãos, as empresas e os Estados e um Fundo de Recuperação ligado ao quadro financeiro plurianual, a fim de promover uma recuperação sustentável.

As três Presidências consideram importantes o desafio mundial que a pandemia representa e o papel da UE enquanto interveniente no plano mundial ao qual incumbe especial responsabilidade de ajudar a enquadrar uma resposta mundial através do multilateralismo e de uma ordem internacional assente em regras. Tal passará pela prossecução das prioridades estratégicas fundamentais que acusam importantes lacunas em termos de recursos, pelo reforço das capacidades de resposta em países cujos sistemas de saúde, de água e de saneamento são mais débeis, especialmente em África, e pela atenuação das graves consequências socioeconómicas. A resposta a nível mundial exige uma maior colaboração regional nos trabalhos para desenvolver novos diagnósticos, terapêuticas e vacinas. As três Presidências participarão em todos estes esforços numa verdadeira abordagem de "Equipa Europa".

O Trio investirá no desenvolvimento de um sistema de governação que conduza a uma UE mais resiliente, mais eficiente e mais eficaz, mantendo os nossos valores fundamentais no centro da sua abordagem.

A fim de alcançar os objetivos acima referidos, o Trio aplicará as medidas do plano de ação que acompanha o roteiro para a recuperação. O Trio está igualmente empenhado em aplicar os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, nomeadamente através da realização de uma Cimeira Social da UE em maio de 2021, a convite do presidente do Conselho Europeu e sob os auspícios da Presidência portuguesa.

Embora a resposta à pandemia de COVID-19 e às suas consequências seja a principal prioridade do Trio, é igualmente essencial retomar o funcionamento normal das instituições da UE para que o Trio realize progressos concretos na execução da Agenda Estratégica para 2019-2024. As três Presidências estão fortemente convictas de que, partindo dos nossos valores europeus e dos pontos fortes da União Europeia, somos capazes de moldar o nosso futuro comum, de promover os interesses dos nossos cidadãos, das nossas empresas e sociedades e de salvaguardar o nosso modo de vida. Para que a União tire o máximo partido do seu potencial, o Trio fomentará a unidade entre os Estados-Membros. Para o efeito, promoverá a cooperação leal baseada nos nossos valores comuns e o respeito da subsidiariedade e da proporcionalidade.

O Trio está firmemente convicto de que a Conferência sobre o Futuro da Europa deverá produzir resultados concretos em benefício dos nossos cidadãos e deverá contribuir para o desenvolvimento das nossas políticas a médio e longo prazo, por forma a que possamos enfrentar melhor os desafios atuais e futuros.<sup>4</sup>

### **Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027**

As três Presidências consideram importante chegar a acordo sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) para 2021-2027. O QFP será um instrumento fundamental para apoiar uma recuperação duradoura, devendo prestar apoio aos Estados-Membros para o investimento sustentado nos objetivos estratégicos e todas as políticas da UE, em conformidade com o roteiro para a recuperação. A par de um Fundo de Recuperação, o próximo QFP constituirá a resposta ambiciosa de que a Europa necessita, ao apoiar as nossas prioridades comuns. O Trio compromete-se a trabalhar sem poupar esforços, com vista a obter a aprovação do Parlamento Europeu e finalizar o mais rapidamente possível as propostas setoriais pendentes, respeitando ao mesmo tempo firmemente o mandato conferido pelo Conselho Europeu. O Trio fará tudo o que estiver ao seu alcance para evitar atrasos desnecessários na execução do quadro financeiro plurianual para 2021-2027 e dos programas conexos. É extremamente importante proceder à adoção atempada de legislação relacionada com todas as políticas que envolvem investimento e com outras políticas pertinentes, a fim de dar uma resposta adequada e vigorosa às consequências da pandemia de COVID-19 e a outros objetivos estratégicos e desafios constantes da União.

---

<sup>4</sup> Ver Conclusões do Conselho Europeu, de 12 de dezembro de 2019.

## **Futuras relações entre a UE e o Reino Unido**

Em 1 de fevereiro de 2020, o Reino Unido saiu da União Europeia. A menos que se chegue a acordo sobre uma prorrogação, o período transitório após a saída do Reino Unido terminará em 31 de dezembro de 2020. Nas suas conclusões de 13 de dezembro de 2019, o Conselho Europeu confirmou novamente o seu desejo de estabelecer futuras relações com o Reino Unido que sejam tão estreitas quanto possível, em sintonia com a Declaração Política e no respeito das orientações – e das declarações, nomeadamente as de 25 de novembro de 2018 – do Conselho Europeu acordadas anteriormente. O Conselho Europeu reiterou, em particular, que as futuras relações com o Reino Unido terão de se basear num equilíbrio de direitos e obrigações e de assegurar condições equitativas. Em conformidade com as orientações e conclusões do Conselho Europeu e com a Declaração Política, o Conselho adotou, em 25 de fevereiro de 2020, diretrizes de negociação que definem o âmbito e os termos da futura parceria a negociar entre a Comissão Europeia e o Reino Unido. O Trio procurará estabelecer com o Reino Unido uma parceria global justa e equitativa para todos os Estados-Membros e no interesse dos nossos cidadãos, que entre em vigor até ao final do período de transição.

## **Programa de trabalho adaptado da Comissão para 2020**

O Trio terá em conta o programa de trabalho adaptado da Comissão para 2020. O Trio saúda o facto de a Comissão estar plenamente empenhada em concretizar todas as principais iniciativas anunciadas no seu programa inicial e também o facto de as propostas que são essenciais ou que apoiam a recuperação imediata virem a ser adotadas, como inicialmente previsto. O Trio convida a Comissão a adotar, o mais rapidamente possível, todas as principais iniciativas que foram adiadas devido à pandemia. As três Presidências saúdam a intenção da Comissão de recorrer mais à previsão estratégica, a fim de adotar uma abordagem mais pragmática e de longo prazo para ajudar a orientar as políticas da União nos próximos anos.

## **II. PROTEGER OS CIDADÃOS E AS LIBERDADES**

As três Presidências acreditam firmemente na importância da democracia, dos direitos humanos, do Estado de direito e dos nossos modelos sociais abertos, que constituem os alicerces da liberdade, segurança e prosperidade europeias. A este respeito, as três Presidências aguardam com expectativa o futuro plano de ação para a democracia europeia e as propostas que o acompanham, inclusive no que se refere à liberdade, ao pluralismo e à independência dos média. O Trio sublinha o papel vital desempenhado por média que sejam livres e pluralistas, dedicadas à informação factual, oportuna e credível e à luta contra a desinformação, o que é mais crucial do que nunca.

O Trio aguarda igualmente com expectativa a nova Estratégia para a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais. Por outro lado, o Trio procura dar um novo impulso à adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, tal como previsto no Tratado de Lisboa. Promoverá a diversidade cultural e religiosa, bem como a participação dos jovens, e propõe-se estabelecer um diálogo regular com os cidadãos, uma vez que estes são fatores importantes para uma melhor aplicação das políticas da UE.

A resposta à pandemia de COVID-19 implicou restrições sem precedentes ao modo de vida, à liberdade e aos direitos democráticos das nossas sociedades. O Trio está pronto para apoiar a plena aplicação dos valores da União, nomeadamente o Estado de direito, em toda a UE.

O Trio aguarda com expectativa a criação de um mecanismo europeu para o Estado de direito aplicável a todos os Estados-Membros sem exceção. Este instrumento preventivo deve fomentar um diálogo construtivo aprofundado entre os Estados-Membros e promover a sensibilização conjunta para o Estado de direito em todos eles. Para o efeito, o Trio organizará no Conselho um diálogo abrangente sobre todos os elementos do relatório anual da Comissão.

O apoio à unidade entre os Estados-Membros e o princípio da cooperação leal, o respeito da subsidiariedade e da proporcionalidade e a promoção da governação a vários níveis serão os princípios orientadores deste período de dezoito meses.

O Trio está empenhado na integração da igualdade, nomeadamente dos direitos e da igualdade de género e das pessoas LGBTIQ+, na promoção da diversidade cultural, na garantia de igualdade de oportunidades para todos, na luta contra todas as formas de discriminação, incluindo os crimes de ódio, e na luta contra a violência doméstica. As três Presidências congratulam-se com a nova Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 apresentada pela Comissão, que abrange, nomeadamente, as questões da violência de género e da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A tomada de medidas vinculativas em matéria de transparência salarial constituem um passo útil no domínio da igualdade de género. A este respeito, o Trio aguarda com expectativa a próxima proposta relevante. Tendo em conta que as pessoas idosas foram afetadas de forma desproporcionada pela pandemia de COVID-19, promoveremos a solidariedade entre as gerações, o envelhecimento com dignidade e uma melhor defesa dos direitos das pessoas idosas e de outros adultos vulneráveis. Não podemos permitir que a pandemia de COVID-19 leve a um aumento das desigualdades nem de qualquer tipo de discriminação.

As três Presidências comprometem-se a reforçar a coordenação do trabalho do Conselho em matéria de prevenção e combate ao antissemitismo, especialmente no que toca ao intercâmbio de boas práticas.

O Trio promoverá a diversidade cultural, no respeito do princípio da subsidiariedade e tendo em conta os setores culturais e criativos importantes a nível mundial, o impacto destes na sociedade e na economia, bem como salvaguardando o modo de vida europeu.

A transformação digital oferece oportunidades, mas também acarreta desafios no que diz respeito aos direitos e liberdades dos cidadãos. Por conseguinte, é essencial respeitar os direitos fundamentais e os valores comuns no processo de digitalização.



As três Presidências congratulam-se com o Livro Branco da Comissão sobre a inteligência artificial e aguardam com expectativa o seguimento que lhe será dado em todas as suas dimensões, incluindo a investigação e a inovação, as aplicações na educação, os aspetos éticos e antropocêntricos, a sua governação global, o quadro regulamentar baseado nos riscos e o aspeto da responsabilidade em matéria de inteligência artificial. Além disso, o Trio envidará esforços no sentido de uma melhor proteção das nossas sociedades contra as ciberatividades maliciosas, as ameaças híbridas e a desinformação. Procurar-se-á assegurar uma comunicação transparente, atempada e factual, a fim de reforçar a resiliência das nossas sociedades. O futuro ato relativo à resiliência operacional e à ciber-resiliência dos serviços financeiros e a revisão da Diretiva SRI serão passos úteis nesse sentido. O Trio intensificará os esforços a nível europeu para estabelecer um nível mínimo obrigatório de segurança informática a que devem obedecer os dispositivos ligados à Internet.

As três Presidências congratulam-se com o anúncio da Comissão de propor um novo pacto em matéria de migração, assim como as propostas legislativas conexas, e comprometem-se a dar prioridade a estas propostas. A UE necessita de uma solução global permanente e previsível para a problemática da migração, que deverá passar por um Sistema Europeu Comum de Asilo resiliente, funcional e à prova de crises, que estabeleça o equilíbrio necessário entre responsabilidade e solidariedade. Haverá que encontrar soluções para as situações de pressão migratória desproporcionada que afetem um ou mais Estados-Membros. Estas soluções deverão ser complementadas com o reforço das vias legais para a migração e, ao mesmo tempo, com a melhoria dos regressos.

Esta abordagem abrangente deverá incluir igualmente uma intensificação da luta contra a migração ilegal, o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes, e simultaneamente combater as causas profundas da migração e das deslocações forçadas. A abordagem à dimensão externa deverá fazer-se mediante o reforço das parcerias com os países de origem e de trânsito.

No que se refere ao funcionamento de Schengen e à proteção das fronteiras externas da UE, o Trio centrar-se-á na operacionalização do regulamento relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, na aplicação das novas funcionalidades previstas nos regulamentos relativos à interoperabilidade e na revisão do mecanismo de avaliação Schengen, e tudo fará para restabelecer o pleno funcionamento do espaço Schengen, cuja importância se tornou ainda mais evidente à luz das restrições impostas para fazer face à crise da COVID-19.

Para além da implementação bem sucedida do pacote relativo à interoperabilidade, as três Presidências aguardam com expectativa iniciativas adicionais relacionadas com a nova estratégia da UE para a União da Segurança, a fim de melhorar a cooperação e a partilha de informações no domínio da JAI, incluindo os nossos instrumentos comuns (sistemas de informação da UE), e envidarão esforços no sentido de reforçar a cooperação policial, aduaneira e judiciária em matéria penal e civil, nomeadamente através de mecanismos de justiça eletrónica. Uma cooperação policial sólida e adaptável, facilitada através de uma ação conjunta bem coordenada, será crucial para promover a livre circulação de mercadorias, serviços e pessoas, a fim de promover a retoma económica e social pós-COVID-19 nos próximos meses e anos. Em especial, importará aplicar medidas de prevenção eficazes e continuar a reforçar a nossa luta contra o terrorismo, a criminalidade grave e organizada, a radicalização e o extremismo (violento) e a criminalidade transfronteiras, bem como melhorar a cooperação com países terceiros. Neste contexto, poderá ser particularmente interessante a já anunciada proposta da Comissão relativa a uma reformulação específica do Regulamento Europol, com vista a reforçar a cooperação policial operacional.

A UE precisa de continuar a reforçar a resiliência das nossas sociedades, apoiando e elaborando planos de medidas adequadas, a fim de assegurar uma coordenação global, no pleno respeito das competências e responsabilidades a diferentes níveis da UE, dos Estados-Membros e nos Estados-Membros, em situações de emergência, tais como pandemias ou ciberataques em grande escala. As três Presidências estão determinadas a ter plenamente em conta os desafios que a pandemia de COVID-19 acarretou para a UE, inclusive no âmbito da proteção civil europeia. Em função da evolução atual e com base na experiência adquirida, as Presidências procurarão melhorar ainda mais a resposta da UE a situações de crise e reforçar o Mecanismo de Proteção Civil da União, nomeadamente desenvolvendo o sistema rescEU e outras capacidades, resolvendo os problemas relacionados com a constituição de reservas de material sanitário essencial e o repatriamento de cidadãos retidos em países terceiros e dando continuidade ao processo de ensinamentos colhidos, mediante a criação e lançamento da rede de conhecimentos da UE, que deverá ser sistematicamente aperfeiçoada com base num cenário de pandemia.

### **III. DESENVOLVER A NOSSA BASE ECONÓMICA: O MODELO EUROPEU PARA O FUTURO**

A pandemia de COVID-19 terá um impacto duradouro na economia da UE e na economia mundial. Para além de medidas a curto prazo que asseguram a liquidez do nosso setor financeiro e combatem uma recessão iminente, mediante a promoção de investimentos sem precedentes e a garantia da estabilidade do financiamento dos Estados-Membros, é importante analisar também a perspetiva a longo prazo, melhorar a competitividade e a soberania da UE e continuar a proporcionar um ambiente estável e propício ao investimento no interior do mercado único. Por conseguinte, é agora mais importante ainda desenvolver a nossa base económica, o que continuará a ser um elemento fundamental ao longo das três Presidências. O trabalho desenvolvido no âmbito do Pacto Ecológico e do futuro digital da Europa, a execução do plano de ação para a economia circular, o investimento em I&I e em competências para aumentar a competitividade, a apresentação de soluções para os desafios mundiais e a criação de postos de trabalho desempenharão um papel essencial para a consecução destes objetivos.

O mercado único é um dos principais trunfos da UE e deverá continuar a ser desenvolvido. Os seus princípios, valores e normas estão na base da liderança e do papel ativo da UE na promoção de uma ordem mundial assente em regras e de condições de concorrência equitativas, tanto a nível interno como externo. O Trio trabalhará no sentido de reforçar as bases da competitividade e do crescimento da União no futuro. Este trabalho inclui o restabelecimento integral do funcionamento do mercado único anterior à COVID-19, a eliminação dos entraves injustificados que subsistem, inclusivamente a nível dos serviços e do mercado único, e a garantia de que as regras do mercado único, incluindo as regras relativas à proteção do investimento, sejam executadas, aplicadas e cumpridas de forma justa e eficaz. Além disso, a política relativa ao mercado único tem de ser alinhada com as políticas da UE relativas às PME e aos setores industrial e digital. O Trio está preparado para dar seguimento ao relatório sobre os obstáculos e do plano de ação para assegurar o cumprimento das regras do mercado único. A pandemia de COVID-19 veio mostrar que o reforço da resiliência do mercado único em tempos de crise é vital. Estarão também no topo da agenda uma melhor regulamentação, bem como a redução dos custos de conformidade e dos encargos administrativos, nomeadamente a fim de reforçar o crescimento e a competitividade da União após a pandemia.

Uma vez que as PME desempenham um papel crucial no que diz respeito ao crescimento económico sustentável, ao emprego e à coesão social nas nossas sociedades, requerem condições de enquadramento fiáveis e estáveis que constituam uma abordagem integrada, coerente e orientada para o futuro, e uma aplicação sistemática e coerente do princípio "pensar pequeno primeiro". Para tal, as três Presidências estão prontas a dar seguimento e a continuar a desenvolver a estratégia da Comissão para as PME que visa reforçar a política da UE relativa às pequenas e médias empresas.

O reforço das PME e da competitividade industrial na Europa constitui um objetivo fundamental para o Trio, uma vez que contribui para a soberania económica europeia e para a sua resiliência. A estratégia de recuperação da UE na sequência da crise da COVID-19 e a estratégia a longo prazo para o crescimento sustentável exigem igualmente uma estratégia ambiciosa da UE para a política industrial, incluindo a resolução de questões relacionadas com a concorrência, a regulamentação em matéria de auxílios estatais e as condições gerais de enquadramento, bem como o reforço das tecnologias essenciais, designadamente mediante a harmonização das políticas em matéria de ciência, investigação e inovação e a promoção da autonomia tecnológica da UE. Outras componentes importantes serão a identificação de cadeias de valor estratégicas, o novo enquadramento dos ecossistemas industriais e a continuidade dos trabalhos de identificação de alianças industriais e de projetos importantes de interesse europeu comum. O Trio basear-se-á na estratégia industrial da UE elaborada pela Comissão para propor as próximas medidas de execução e acompanhamento. Além disso, o Trio acompanhará a avaliação que a Comissão Europeia está atualmente a efetuar das regras de concorrência e, finda essa avaliação, promoverá os seus resultados, eventuais alterações e a modernização do quadro de concorrência europeu no contexto da evolução da situação a nível mundial e da transformação digital. Pretende igualmente aumentar a eficiência, a orientação para a inovação e a sustentabilidade da contratação pública, tendo em conta os ensinamentos colhidos durante a crise da COVID-19 e a necessidade de relançar a economia da UE.

Para ser eficaz e flexível, a política de coesão deverá garantir os investimentos necessários para fazer face aos enormes desafios económicos e sociais colocados pela crise da COVID-19, devendo também investir numa transformação económica e social inovadora e inteligente, rumo a uma Europa mais verde e hipocarbónica. Deverá abranger todas as regiões<sup>5</sup>, apoiar a sua competitividade, reforçar a coesão económica, social e territorial e reduzir as disparidades. O Trio fará tudo o que estiver ao seu alcance para proceder à adoção atempada do pacote legislativo sobre a política de coesão, a fim de iniciar quanto antes a execução do novo ciclo da política de coesão.

O Trio analisará o papel da política económica e financeira em termos de crescimento sustentável e inclusivo.

O financiamento da economia tem de se tornar mais robusto, inclusivamente à luz da crise da COVID-19. Para o efeito, o aprofundamento da União Económica e Monetária em todas as suas dimensões, como prioridade, e os trabalhos relativos a todos os elementos de consolidação da União Bancária, bem como o reforço da União dos Mercados de Capitais, deverão prosseguir conforme acordado. Em particular, as três Presidências aguardam com expectativa as próximas revisões da MiFID II e do MiFIR, o Regulamento Índices de Referência e as propostas de execução das reformas finais do Acordo de Basileia III. O progresso nestes domínios reforçará também o papel internacional do euro, que deverá ser proporcional ao peso económico e financeiro da União a nível mundial. O Trio considera que a revisão da Diretiva Solvência II constitui uma oportunidade para o desenvolvimento específico de um dos sistemas prudenciais mais avançados no mundo.

A adaptação do setor financeiro à era digital, as futuras propostas sobre criptoativos e a resiliência operacional e a ciber-resiliência dos serviços financeiros, bem como a estratégia de financiamento digital e uma estratégia europeia integrada de pagamentos, são matérias que se revestem de especial interesse.

---

<sup>5</sup> Tendo em conta as especificidades das regiões referidas no artigo 349.º do TFUE.

As três Presidências reforçarão a luta da UE contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, com base, nomeadamente, no plano de ação da Comissão para uma política abrangente da União em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

A mobilização de financiamento sustentável e o reforço da inclusão financeira podem contribuir para a realização da Agenda 2030, dos seus 17 ODS e dos objetivos do Pacto Ecológico da UE. Por conseguinte, as três Presidências aguardam com expectativa uma estratégia renovada para o financiamento sustentável, que completará o Plano de Investimento para Uma Europa Sustentável.

O Trio finalizará a legislação relativa ao instrumento orçamental de convergência e competitividade e dará início à sua aplicação no âmbito do QFP.

Para poder funcionar de forma adequada, o mercado único requer condições de concorrência equitativas e uma fiscalidade justa e eficaz. As três Presidências tencionam continuar a promover uma fiscalidade justa numa economia cada vez mais digitalizada – especialmente no que diz respeito ao nível mínimo de tributação efetiva – e a promover as iniciativas estabelecidas no plano de ação de luta contra a evasão fiscal. Tencionam promover igualmente a revisão da Diretiva relativa aos impostos especiais sobre o consumo de tabaco e da Diretiva Tributação da Energia.

É essencial proteger as fronteiras da UE contra a introdução de mercadorias de origem fraudulenta e explorar o potencial da legislação aduaneira da UE, a fim de reforçar a União Aduaneira. As três Presidências aguardam com expectativa o próximo Plano de Ação sobre a União Aduaneira e a proposta de criação de um balcão único aduaneiro.

O quadro em matéria de direitos de propriedade intelectual é extremamente importante para a inovação na UE, enquanto questão transversal a todos os setores da economia. O Trio trabalhará no sentido de elaborar uma estratégia coerente em matéria de propriedade intelectual.

A UE precisa de uma infraestrutura adequada, eficaz e eficiente em termos de recursos para poder beneficiar plenamente da dupla transição – a ecológica e a digital.

O Trio tem por objetivo concretizar a União da Energia, graças a um mercado europeu da energia integrado, interligado e operacional, centrado na energia sustentável e na transição para a neutralidade climática. O Trio analisará em que medida o setor da energia pode contribuir para a recuperação após a pandemia de COVID-19. As três Presidências promoverão uma cooperação estreita e a troca de informações entre os Estados-Membros sobre a execução da governação da União da Energia e do quadro relativo à energia para 2030. Além disso, aguardam com expectativa as iniciativas da Comissão relacionadas com o setor da energia, nomeadamente uma nova abordagem para explorar o potencial da Europa em termos de energia renovável marítima, combustíveis inovadores, medidas destinadas a contribuir para uma integração setorial inteligente, incluindo uma descarbonização facilitada do setor do gás, e a adaptação do atual Regulamento RTE-E às perspetivas de uma economia com impacto neutro no clima, a fim de alcançar uma infraestrutura energética adequada à sua finalidade.

Os transportes conectados, seguros e inovadores, incluindo a promoção de combustíveis e de sistemas de tração alternativos e sustentáveis, serão uma prioridade, assim como a interoperabilidade e a sustentabilidade da conectividade europeia através da RTE-T. O Trio aguarda com expectativa a estratégia para uma mobilidade inteligente e sustentável e está empenhado em iniciar os trabalhos relativos a propostas fundamentais. O Trio procurará salvaguardar o fluxo das cadeias de abastecimento em tempos de desafios à escala da União e debruçar-se-á sobre o impacto da crise da COVID-19 no sistema de transportes, nomeadamente no setor da aviação civil. O Trio terá por objetivo reforçar o setor dos transportes e a sua resiliência. Além disso, analisará o impacto que a pandemia teve nos fluxos de transportes intra-UE, nos operadores de todos os modos de transporte e nas infraestruturas de transportes.

As três Presidências estão convictas de que a transformação digital é algo que irá influenciar a vida quotidiana na Europa, mas também algo que a própria Europa pode influenciar. A transformação digital constitui uma oportunidade, mas também um desafio para a UE e para o seu modelo societal e económico, bem como para a sua competitividade e soberania. A este respeito, as três Presidências prestarão especial atenção à digitalização dos serviços e das organizações, nomeadamente a nível da administração pública. A fim de manter e fomentar um ecossistema digital europeu que seja responsável, inovador, sustentável e competitivo, especialmente em setores de importância estratégica e no domínio das tecnologias e infraestruturas digitais facilitadoras essenciais (incluindo as infraestruturas de dados), é necessário reforçar a soberania digital da UE. A este respeito, a inteligência artificial é uma tecnologia fundamental que encerra um enorme potencial em termos de criação de valor. Neste contexto, o Trio aguarda com expectativa as próximas propostas que dão seguimento à Comunicação intitulada "Construir o futuro digital da Europa", o Livro Branco sobre a inteligência artificial, a estratégia europeia para os dados e o ato legislativo sobre os serviços digitais, bem como outras iniciativas no âmbito da parceria europeia para a cadeia de blocos e o anunciado plano de ação para os média e o setor audiovisual.

A digitalização tem repercussões de grande alcance e, por isso, tem de ser abordada de forma coerente em todas as políticas internas e externas da União. O desenvolvimento de infraestruturas, a conectividade (incluindo a conectividade gigabit até 2025 e a rede 5G), os serviços centrados no utilizador e a sua salvaguarda em tempos de crise, bem como a melhoria da regulamentação, os investimentos, as oportunidades e os impactos relacionados com a proteção do ambiente e do clima ou com o desenvolvimento sustentável e a saúde são todos eles elementos que desempenharão um papel importante. A criação de um ecossistema de dados suficiente, em consonância com a estratégia de dados da UE elaborada pela Comissão (incluindo as infraestruturas de dados, a proteção dos dados e a proteção da privacidade, a utilização responsável dos dados, os espaços de dados, a acessibilidade dos dados, a partilha de dados e a segurança dos dados), desempenhará um papel crucial para o êxito da Europa ao definir a transformação digital.



Os sistemas europeus de investigação, saúde e educação têm de estar preparados para estar totalmente à altura do desafio das mudanças tecnológicas e sociais, incluindo as relacionadas com a digitalização, fomentando a inovação para o crescimento e o emprego, promovendo a investigação e a inovação, a melhoria do desempenho no domínio da saúde e o investimento nas competências e na educação das pessoas, e procurando sinergias com as comunidades científicas, de investigação e de inovação europeias, com o objetivo de maximizar o pleno potencial de investigação e inovação em toda a União, inclusivamente a fim de superar a crise da COVID-19. A este respeito, o Trio saúda a Comunicação da Comissão sobre o futuro da investigação e da inovação e do espaço europeu da investigação, o Plano de Ação atualizado para a Educação Digital, a prossecução do desenvolvimento do Espaço Europeu da Educação, o novo quadro estratégico de cooperação no domínio da educação e da formação e a Agenda de Competências atualizada, e aguarda com expectativa o seguimento que será dado no Conselho. A experiência colhida com os desafios enfrentados durante o surto de COVID-19 demonstra que os domínios da educação, das competências e da investigação têm de ser suficientemente flexíveis e resistentes a interrupções dos seus ciclos regulares. A fim de explorar o potencial da educação, da investigação e da inovação em termos de soluções transformadoras e para alcançar os ODS, será necessária uma abordagem a vários níveis que centre estrategicamente os esforços destes domínios de ação a todos os níveis em cada iniciativa setorial e os integre a nível da UE numa abordagem comum. Ao mesmo tempo, será necessária reformular o Espaço Europeu da Investigação para cumprir a obrigação prevista no Tratado de criar um espaço no qual os investigadores possam desenvolver uma carreira verdadeiramente europeia e, tal como os conhecimentos e as tecnologias, circular livremente através das fronteiras e dos sistemas. Será dada especial atenção também aos aspetos éticos do Espaço Europeu da Investigação renovado e à ciência cidadã, domínio em que as três Presidências implementarão algumas atividades conjuntas. Em resposta à crise da COVID-19, as Presidências incentivarão os trabalhos relativos à criação de laboratórios conjuntos da UE por meio do Centro Comum de Investigação , tendo em vista o desenvolvimento de medicamentos e vacinas.

As três Presidências esforçar-se-ão por adotar atempadamente as propostas legislativas dos programas Horizonte Europa e Erasmus+, a fim de dar início sem demora à execução do novo ciclo político, incluindo a reformulação do regulamento relativo ao Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) e a decisão relativa ao Programa Estratégico de Inovação do EIT para o período 2021-2027. O mesmo se aplica a outros programas da UE, como o Programa Europa Digital, o Programa Europa Criativa e o Corpo Europeu de Solidariedade.

A defesa dos consumidores tem de ser adaptada aos desafios da transformação digital e da Agenda 2030 e, se necessário, reforçada nesta perspetiva. A vulnerabilidade dos consumidores em diferentes setores deverá ser tida em conta. As três Presidências apoiam os esforços envidados pela Comissão no sentido de melhorar a aplicação da legislação em matéria de defesa dos consumidores e de reforçar a cooperação internacional. A confiança dos consumidores num elevado nível de defesa e na transparência da informação que lhes é prestada é um fator importante que contribui para a recuperação da economia europeia após a crise da COVID-19. O Trio aguarda a Agenda do Consumidor da Comissão Europeia, que incide nos ensinamentos colhidos neste contexto, e tenciona avançar rapidamente com propostas concretas, como o carregador comum e a revisão do Regulamento Itinerância, e aguarda ainda com expectativa outras propostas, como a revisão da Diretiva relativa à segurança geral dos produtos.

A UE tem de fomentar um setor espacial competitivo e a sua integração na economia europeia, aumentando a utilização de tecnologias e aplicações espaciais para apoiar as políticas públicas. Com base na adoção da proposta de regulamento relativo ao Programa Espacial da União Europeia e na transformação da Agência do GNSS Europeu em Agência da União Europeia para o Programa Espacial, as três Presidências pretendem definir o caminho para uma nova era nas atividades espaciais da UE. Tencionam igualmente definir uma posição europeia sobre os princípios fundamentais da economia espacial mundial e o desenvolvimento do "Novo Espaço", incluindo abordagens impulsionadas pelo mercado e a abertura do setor espacial a novos intervenientes.

Será necessário prestar apoio à indústria do turismo na UE, que está a ser particularmente afetada pela atual crise da COVID-19, em especial às PME e ao setor da aviação civil. Em conjunto com os Estados-Membros e a Comissão, o Trio está preparado para trabalhar numa resposta conjunta e coordenada, em conformidade com o roteiro para a recuperação, que assegurará uma retoma gradual e segura das atividades turísticas, a promoção do turismo sustentável e que tranquilizará os consumidores. Essa resposta deverá englobar a ajuda de emergência a curto prazo, o apoio às empresas e a recuperação a longo prazo.

#### **IV. CONSTRUIR UMA EUROPA COM IMPACTO NEUTRO NO CLIMA, VERDE, JUSTA E SOCIAL**

##### **a. Construir uma Europa com impacto neutro no clima e verde**

As três Presidências estão plenamente empenhadas no objetivo de alcançar uma UE com impacto neutro no clima até 2050, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris, assegurando simultaneamente uma transição eficiente em termos de custos, justa, socialmente equilibrada, equitativa e concretizada de modo a preservar a competitividade da UE. A este respeito, o Trio congratula-se com a comunicação da Comissão intitulada "Plano de Investimento para Uma Europa Sustentável – Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu", que as três Presidências pretendem abordar com caráter prioritário, nomeadamente a lei europeia do clima, a estratégia de adaptação às alterações climáticas e outras propostas legislativas previstas para 2020-2021. O Trio está empenhado em levar por diante todas estas iniciativas e em reforçar a ação climática, tanto a nível interno como através da ação externa, tendo nomeadamente acordado em apresentar uma atualização do contributo determinado a nível nacional (CDN) à CQNUAC em 2020, em conformidade com as obrigações que nos incumbem por força do Acordo de Paris e após uma avaliação de impacto exaustiva.

Em matéria de eficiência dos recursos, economia circular e gestão dos resíduos, as três Presidências congratulam-se com o novo Plano de Ação para a Economia Circular e estão prontas para fazer avançar as iniciativas que daí advirão. Os consumidores desempenham um importante papel para fazer avançar a transição ecológica, pelo que, a este respeito, o Trio aguarda com enorme expectativa a proposta da Comissão sobre o empoderamento dos consumidores.

A proteção e a utilização sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais constituem outro elemento fundamental da transição ecológica. A UE e os seus Estados-Membros assumem um papel de liderança e intensificarão os esforços na luta contra a perda de biodiversidade, inclusive no que diz respeito à ligação entre a biodiversidade e a saúde humana. O Trio apoia o compromisso da UE de dar o exemplo e contribuir fortemente para a adoção de um ambicioso quadro mundial para a biodiversidade após 2020 e para a sua implementação. As três Presidências promoverão a sustentabilidade e a circularidade da agricultura, das pescas e dos sistemas alimentares, a gestão sustentável das florestas em consonância com uma estratégia reforçada da UE para as florestas no pós-2020 que abranja todo o ciclo florestal e promova os inúmeros serviços prestados pelas florestas, bem como uma bioeconomia sustentável, centrando-se nomeadamente em assegurar o abastecimento alimentar e a integridade das cadeias de abastecimento alimentar em tempos de crise, no bem-estar dos animais e na esperança de concretizar o 8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente. Será também prestada especial atenção à gestão sustentável da água e a uma agenda abrangente no que respeita aos oceanos, incluindo o crescimento azul.

A resiliência agrícola e a vitalidade das zonas rurais em todo o território da UE são essenciais para assegurar a coesão territorial, bem como o acesso dos cidadãos a alimentos seguros e a preços acessíveis. As três Presidências farão tudo o que estiver ao seu alcance para proceder à adoção atempada das propostas legislativas relativas à política agrícola comum, a fim de iniciar quanto antes a execução do novo ciclo de políticas.

No contexto do Mecanismo para uma Transição Justa, as três Presidências estão igualmente empenhadas na adoção oportuna da proposta legislativa relativa ao Fundo para uma Transição Justa.

O Trio salienta que a execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é essencial para alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos, não deixando ninguém para trás. Para o efeito, a Agenda 2030 deverá ser integrada em todas as políticas internas e externas da UE ao nível de pormenor adequado.

b. Construir uma Europa justa e social

As três Presidências acreditam plenamente nos pontos fortes do modelo social europeu e consideram que é possível alcançar mais progressos.

Poderão nomeadamente ser envidados mais esforços para assegurar a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Com base na atual repartição de competências entre a UE e os seus Estados-Membros, o Trio está empenhado em fazer avançar estes trabalhos. Um dos seus objetivos é a promoção de uma maior convergência na UE, a par do apoio à coesão social. Entre os meios para atingir este objetivo contam-se, nomeadamente, um quadro da UE para salários mínimos nacionais, instrumentos de proteção do emprego e do rendimento em tempos de choque económico, o acesso à proteção social para todos os trabalhadores assalariados ou não assalariados, em especial os pertencentes aos grupos mais vulneráveis, e uma melhor inclusão social. O Trio redobrá os esforços envidados no sentido de combater a pobreza, incentivando inclusivamente o debate sobre iniciativas futuras em matéria de proteção do rendimento mínimo. É necessária uma resposta para atenuar as consequências sociais da pandemia, o que implicará um apoio às economias dos Estados-Membros e às medidas tomadas. As propostas já anunciadas relativamente a um regime de salário mínimo e de resseguro de desemprego, que o Conselho tenciona analisar, a iniciativa de combate ao desemprego dos jovens e as garantias para as crianças constituem passos importantes para a continuação da aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Os trabalhos nos domínios do emprego e dos assuntos sociais incidirão sobre as consequências da crise da COVID-19 e abordarão os aspetos da segurança e saúde no trabalho, da proteção dos trabalhadores em situação de emprego precário, em especial os que têm formas atípicas de emprego, e do recurso a formas flexíveis de trabalho como o teletrabalho, nomeadamente através de ferramentas digitais.

As três Presidências impulsionarão os esforços para alcançar uma aplicação coerente em toda a UE dos Princípios orientadores da ONU sobre empresas e direitos humanos, das Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e da Declaração de Princípios Tripartida da OIT sobre as empresas multinacionais e a política social. Apela-se ao desenvolvimento de uma nova comunicação sobre a responsabilidade social das empresas (RSE), incluindo um plano de ação da UE em matéria de conduta responsável das empresas, tendo em conta a experiência e os ensinamentos colhidos da crise da crise de COVID-19.

O trabalho e as condições em que é realizado estão em rápida mutação, nomeadamente devido à digitalização e ao envelhecimento da população. Tendo em vista moldar ativamente o futuro do trabalho, o Trio aguarda com expectativa as formas anunciadas de melhorar a segurança e saúde no trabalho de todos os trabalhadores, as condições de trabalho dos trabalhadores de plataformas, dos teletrabalhadores e dos trabalhadores que têm outras formas atípicas de emprego.

Os desafios demográficos exigem novas medidas. É necessário reforçar a participação de todos os grupos no mercado de trabalho e a cooperação e o diálogo intergeracionais. A inteligência artificial será fundamental para a evolução do trabalho e da sociedade. A política laboral é particularmente afetada no que concerne às competências, à proteção e segurança e ao diálogo social. O acesso à educação e à formação profissionais e à aprendizagem ao longo da vida é essencial para que os trabalhadores adquiram as competências necessárias no mercado de trabalho e se adaptem às mudanças, mesmo que estas sejam agudas e inesperadas.

É necessário assegurar o acesso inclusivo à educação, também pelos meios digitais, através da Agenda atualizada de Competências para a Europa e do Plano de Ação para a integração e a inclusão. O investimento em competências, nomeadamente em oportunidades de requalificação e de melhoria de competências, bem como nas competências digitais, será essencial para fazer face a um crescente défice de competências e à evolução dos modelos de trabalho.

A promoção da cultura e dos média contribuirá, nomeadamente, para sociedades inclusivas e coesas, por exemplo através do apoio aos setores culturais e criativos no âmbito do Programa Europa Criativa. O Trio aguarda igualmente com expectativa as iniciativas da Comissão relativas à Garantia para a Infância e à Garantia para a Juventude.

A definição de uma política da União para uma UE mais próxima dos cidadãos contribuirá para o desenvolvimento e o crescimento e para a criação de ambientes de vida adequados, tendo em conta as necessidades específicas das zonas rurais e costeiras, bem como promovendo um desenvolvimento integrado e sustentável das cidades e das regiões. A União apoia a prestação de cuidados de saúde de boa qualidade para todos, nomeadamente assegurando a cadeia de abastecimento de medicamentos enquanto elemento importante do acesso aos medicamentos. Neste contexto, o trio de Presidências também cooperará estreitamente com a Comissão na elaboração e no seguimento do "Plano Europeu de Luta contra o Cancro". O Trio pretende igualmente contribuir para melhorar a literacia sanitária.

A pandemia de COVID-19 demonstrou que é possível melhorar a nível da UE determinados processos sanitários tanto no domínio da contratação pública conjunta a nível europeu como no que se refere ao desenvolvimento e produção de vacinas e medicamentos antimicrobianos e antivíricos. A legislação no domínio dos medicamentos e dos dispositivos médicos deverá ser melhorada de forma a permitir uma adaptação rápida em caso de crise do mercado e seguindo um princípio de autossuficiência, nomeadamente em termos de disponibilidade dos medicamentos, das vacinas e do equipamento médico. Neste contexto, sem deixar de respeitar as competências nacionais, o Trio toma a devida nota da intenção da Comissão de ajudar a garantir que a Europa disponha do abastecimento de medicamentos a preços acessíveis de que necessita para suprir as suas necessidades. As três Presidências centrar-se-ão também na legislação no domínio da "reorientação", permitindo simultaneamente uma abordagem comum na aquisição rápida e eficiente de dados em ensaios clínicos. Incentivaremos a reflexão sobre a criação de "instalações de tratamento conjuntas" pelos países interessados. É necessário reforçar a preparação para os cenários de pandemia na UE, nomeadamente promovendo o intercâmbio digital de dados sanitários, no pleno respeito do direito à privacidade, bem como reforçando as estruturas existentes a nível europeu, como o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC).

## **V. PROMOVER OS INTERESSES E VALORES DA EUROPA NO MUNDO**

As três Presidências, juntamente com o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, contribuirão para a preparação eficaz das cimeiras e reuniões dos dirigentes da UE organizadas pelo presidente do Conselho Europeu com os chefes de Estado e de Governo de países e regiões terceiros, tanto a nível institucional da UE como a nível multilateral. O Trio, em cooperação com o alto representante, assegurará igualmente o seguimento dos debates realizados no Conselho Europeu sobre assuntos externos e relações internacionais.

As três Presidências colaborarão estreitamente com o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, prestar-lhe-ão apoio coletivo no exercício das suas funções e procurarão obter o empenho ativo e o apoio específico de todos os Estados-Membros no que respeita à política externa da União.

O Trio, apoiando o alto representante, tomará o maior número possível de medidas concretas para aumentar a capacidade da UE para agir de forma decisiva e unida, a fim de promover eficazmente os interesses e os valores da Europa, bem como de defender e dar forma a uma ordem internacional assente em regras, no pleno respeito do direito internacional e dos direitos humanos no mundo atual sujeito a contestação, reforçando o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas. Procuraremos fomentar a posição da UE enquanto líder mundial, promovendo a paz, a prosperidade e os direitos humanos para todos.

Tal exige a mobilização e a utilização estratégica de todas as vertentes da ação externa da UE, desde a diplomacia ao desenvolvimento, o comércio, as relações culturais internacionais ou a política energética, incluindo os instrumentos de segurança e defesa, e a informação e comunicação ativas. O Trio está empenhado em desempenhar o seu papel neste esforço conjunto com o alto representante, todas as instituições da UE e todos os Estados-Membros para afirmar a presença de uma UE forte num mundo multilateral, com laços estreitos entre regiões. Tal inclui a capacidade da UE para dar resposta a situações de emergência complexas. Por conseguinte, o Trio terá como prioridade avaliar a resposta da UE e dos Estados-Membros à crise provocada pela pandemia de COVID-19, identificar as lacunas e os desafios, as boas práticas e formas de melhorar a cooperação e coordenação mútuas. A aprovação e execução do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional permitirá promover os nossos interesses e valores e um melhor alinhamento da nossa cooperação com as prioridades da política externa da UE.

O Trio congratula-se com a decisão de dar início às negociações de adesão com a Albânia e a Macedónia do Norte e reitera a perspetiva da UE para os Balcãs Ocidentais e o seu objetivo de avançar com o processo de alargamento aos Balcãs Ocidentais, com base na recente comunicação da Comissão sobre a metodologia reforçada de alargamento, se aplicável, e de aprofundar a cooperação, inclusive nos moldes acordados durante a Cimeira de Zagrebe.

Neste contexto, o Trio prestará especial atenção à resposta ao impacto socioeconómico significativo da crise da COVID-19 nos países dos Balcãs Ocidentais e à recuperação das suas economias, incluindo a criação de uma perspetiva positiva para os jovens. O Trio apoiará a conectividade em todas as suas dimensões, reduzindo assim as disparidades em matéria de desenvolvimento entre a UE e a região. A promoção da democracia, do Estado de direito e da liberdade dos média caracteriza o discurso conjunto da UE, que deverá passar por uma comunicação estratégica eficaz. Será igualmente necessário conferir destaque à resolução das questões pendentes e ao reforço da resiliência contra as ameaças híbridas e a desinformação, mediante uma cooperação mais estreita nos domínios da PESC, combatendo, nomeadamente, as influências disruptivas na região.

A parceria transatlântica e as relações comerciais da UE com os EUA farão parte das principais prioridades do Trio, em estreita cooperação com a Comissão e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, de modo a continuar a confiar na relação mutuamente benéfica e equilibrada.

Os países do EEE e da EFTA são parceiros próximos. É extremamente importante assegurar uma coordenação estreita com os Estados do EEE e da EFTA e com a Suíça no que se refere às consequências da pandemia de COVID-19, atendendo ao elevado grau de integração económica dos Estados da EFTA com a UE, através do mercado interno do EEE e da estreita rede de contratos com a Suíça.



Em conjunto com o alto representante e a Comissão, o Trio prosseguirá uma política de vizinhança ambiciosa a leste e a sul, procurando, em especial, ajudar os seus parceiros geográficos imediatos a sair com êxito da crise da COVID-19 e a reforçar a sua resiliência global. Além disso, o Trio colocará uma forte ênfase no apoio prestado ao alto representante no sentido de contribuir para a resolução de importantes conflitos na vizinhança da União e mais além, nomeadamente na Líbia, na região do Sael, na Síria e no leste da Ucrânia.

O Trio, em cooperação com o alto representante, contribuirá também para a preparação e subsequente execução dos compromissos que vierem a ser assumidos na próxima Cimeira da Parceria Oriental. Prosseguirão além disso os trabalhos relativos à aplicação das conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros de junho de 2019 sobre o empenhamento da UE na cooperação regional na zona do mar Negro e da iniciativa da UE "Sinergia do mar Negro".

O Trio apoia o alto representante no processo de avaliação dos cinco princípios orientadores das relações UE-Rússia, a fim de definir ativamente a política da UE.

A UE intensificará a cooperação com a OSCE, que poderá contribuir de forma significativa para a segurança e a estabilidade na Europa devido ao seu alcance geográfico único, à autonomia das suas instituições, à sua rede de operações no terreno e ao seu potencial diplomático global.

Tendo em conta a crescente importância geopolítica da região enquanto ponte entre a Europa e a Ásia, a UE procurará concretizar as principais prioridades definidas na nova estratégia da UE para a Ásia Central, adotada em junho de 2019. A UE esforçar-se-á por melhorar a conectividade entre a Europa e a Ásia, conforme estabelecido na sua estratégia para interligar a Europa e Ásia.

Em apoio aos esforços do alto representante, durante as três Presidências, a UE esforçar-se-á por intensificar a sua cooperação com a ASEAN, tendo como objetivo alcançar uma parceria estratégica. Neste contexto, o presidente do Conselho Europeu está a explorar a possibilidade de realizar uma reunião dos dirigentes da UE-ASEAN. A UE continuará a fomentar o diálogo e a cooperação com a Ásia através do Encontro Ásia-Europa (ASEM), cuja 13.<sup>a</sup> Cimeira deverá ter lugar em 16 e 17 de novembro de 2020, em Phnom Penh (Camboja), e prevê organizar uma reunião dos dirigentes da UE e da China. Além disso, serão igualmente preparadas as cimeiras anuais da UE com a China, a Índia, o Japão e a República da Coreia. O Trio intensificará os seus esforços de aplicação e promoção da estratégia da UE para interligar a Europa e a Ásia, com base numa abordagem baseada em valores claramente centrada no cumprimento das normas internacionais, na sustentabilidade e na transparência. Em maio de 2021, deverá ter lugar no Porto uma reunião dos dirigentes da UE e da Índia, a convite do presidente do Conselho Europeu e sob os auspícios da Presidência portuguesa.

A Cimeira UE-União Africana, a realizar em outubro de 2020, e as reuniões ministeriais UE-UA constituirão oportunidades importantes para o desenvolvimento das relações e a cooperação com África. As três Presidências avançarão igualmente com a adoção das decisões do Conselho relativas à assinatura e à celebração do Acordo pós-Cotonu.

Durante as três Presidências, a União Europeia deverá continuar a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para garantir a solidariedade com África na luta contra a COVID-19. Em estreita cooperação com o alto representante, as três Presidências assegurarão que, nas suas relações com África, a UE envide esforços no sentido da realização das prioridades conjuntas acordadas na Cimeira UE-União Africana, incluindo a manutenção da paz e da segurança no continente africano, bem como o crescimento sustentável e inclusivo, o investimento, a criação de emprego e o desenvolvimento humano, procurando simultaneamente soluções conjuntas e positivas para as questões relacionadas com o clima, a migração e a mobilidade. A UE apoiará igualmente o projeto de integração económica da Zona de Comércio Livre Continental Africana e intensificará os esforços envidados a nível intercontinental no sentido de honrar os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

Em conjunto com o alto representante, o Trio continua empenhado em reforçar a parceria política da UE com a América Latina e as Caraíbas. A UE tem de manter a sua cooperação com os países da região e continuar a procurar obter resultados por diferentes vias, nomeadamente mediante a atualização dos acordos em vigor, como é o caso dos acordos com o México e o Chile, e a realização de progressos nas relações com o Mercosul. Os desafios que enfrentamos exigem que a UE desempenhe na íntegra o seu papel a nível mundial. As várias crises que afetam a região, em particular na Venezuela, exigirão um compromisso político intenso.

O Trio continua empenhado num comércio aberto, ambicioso e equitativo, sustentável e baseado em regras. A política comercial é um elemento crítico de uma resposta global da política económica à crise. A reforma da OMC tendente a reforçar a ordem multilateral assente em regras e a reforma do regime internacional de resolução de litígios em matéria de investimento são elementos essenciais a este respeito. Ao mesmo tempo, o Trio prosseguirá os trabalhos relativos a acordos bilaterais de proteção do comércio e de proteção do investimento ambiciosos, assegurando, ao mesmo tempo, condições de concorrência equitativas e um melhor acesso aos mercados de contratos públicos. As negociações relativas a um acordo de comércio livre com a Indonésia deverão ser concluídas em 2021. Os acordos de comércio livre com a Austrália e a Nova Zelândia estão em fase de negociação e poderão ser concluídos em 2021. As três Presidências envidarão igualmente esforços no sentido de celebrar um Acordo de Parceria e Cooperação com a Tailândia em 2021. O Trio empenhar-se-á em proceder à assinatura do Acordo de Associação UE-Mercosul e do Acordo Global modernizado UE-México, bem como em modernizar o Acordo de Associação com o Chile. Serão envidados todos os esforços no sentido de garantir a assinatura do acordo relativo à proteção das indicações geográficas e a conclusão das negociações sobre um acordo global, ambicioso e equilibrado em matéria de investimento com a China. O Trio envidará esforços no sentido de um possível relançamento das negociações sobre um acordo ambicioso de proteção do comércio e de proteção do investimento entre a UE e a Índia.

A UE procurará trabalhar melhor em conjunto no domínio da cooperação para o desenvolvimento e reforçar as suas parcerias internacionais neste domínio de forma inclusiva. As três Presidências sublinham que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus ODS constituem um quadro político transformador para erradicar a pobreza e alcançar um desenvolvimento sustentável a nível mundial, e assegurarão que a UE e os seus Estados-Membros continuem a liderar em termos de ambição e dinamismo. O Trio, em cooperação com o alto representante, continua igualmente empenhado em fazer face aos impactos mais vastos da ação interna a nível internacional e mundial e recorda o compromisso assumido pela UE de erradicar a fome e a malnutrição. Neste contexto, as três Presidências congratulam-se com a realização da Cimeira Mundial da ONU sobre os Sistemas Alimentares, prevista para 2021, e salientam a necessidade de adotar políticas da UE coerentes. Além disso, a agenda do Trio englobará todo o leque de desafios relacionados com o setor da água, tendo como objetivo desenvolver uma abordagem global neste domínio que tenha em conta a correlação entre a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a paz, bem como aspetos ambientais e de saúde e nutrição a nível mundial.

As três Presidências desenvolverão igualmente esforços no sentido de reforçar a arquitetura financeira europeia para o desenvolvimento, no seguimento das conclusões do Conselho de 5 de dezembro de 2019 e das medidas a curto e a longo prazo identificadas no relatório do Grupo de Sábios de 2020. O Trio conduzirá também os trabalhos relativos à aprovação pelo Conselho do terceiro Plano de Ação sobre o Género e à sua execução.

A fim de apoiar os esforços do alto representante no sentido de promover e reforçar uma ordem internacional eficaz baseada em regras, o Trio está plenamente empenhado em reforçar a importância de regimes internacionais eficazes e baseados nos tratados em matéria de controlo de armas, desarmamento e não proliferação, enquanto pilares essenciais da paz e da segurança a nível mundial.

A pandemia de COVID-19 e outras crises estão a ter múltiplas repercussões nas necessidades humanitárias em todo o mundo. Durante as três Presidências, a UE esforçar-se-á por prestar assistência humanitária vital às pessoas necessitadas. Dando seguimento ao trabalho realizado pelo Trio anterior, especialmente as conclusões do Conselho de novembro de 2019 sobre o direito internacional humanitário, defenderemos a salvaguarda do espaço humanitário e a promoção do direito internacional humanitário. Pretendemos que todos os Estados-Membros e a UE sejam signatários do apelo humanitário à ação.

O aparecimento do coronavírus (COVID-19) veio demonstrar a importância da cooperação mundial no domínio da saúde e de uma reação transparente à crise. Neste contexto, o Trio compromete-se a envidar esforços conjuntos para dar à UE e aos seus Estados-Membros uma voz mais forte e mais estratégica em fóruns internacionais que se ocupam de questões sanitárias a nível mundial, como, por exemplo, a OMS. A UE e os seus Estados-Membros apoiam os países parceiros no reforço dos seus sistemas de saúde abrangentes e na atenuação das graves consequências socioeconómicas da pandemia. A "Equipa Europa" é a expressão tangível da determinação europeia em expressar a nossa solidariedade mundial. A nível mundial, a colaboração com o setor da investigação e inovação no desenvolvimento de uma vacina assegurará o acesso aos países parceiros, a fim de combater a expansão da pandemia.

Durante as três Presidências, a UE continuará a executar a Estratégia de Segurança Marítima da UE (ESM-UE) e o seu plano de ação atualizado para melhorar a forma como a União responde à escala mundial a ameaças e desafios em matéria de segurança marítima que afetam as pessoas, as atividades e as infraestruturas, em particular mediante o reforço da cooperação diplomática com os parceiros internacionais, nomeadamente no Golfo da Guiné, e a coordenação do reforço das capacidades. A resposta política será analisada à luz do relatório de execução do plano de ação da ESM-UE, a elaborar em 2020.

### **Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)**

Em apoio ao trabalho do alto representante e em estreita colaboração com os Estados-Membros, as três Presidências estão fortemente empenhadas em reforçar todos os aspetos da PCSD, tendo como objetivo geral fazer da UE um interveniente responsável, capaz e fiável e um parceiro mundial em matéria de paz e segurança. Por conseguinte, os parceiros do Trio estão determinados a continuar a reforçar a capacidade de ação da UE para dar uma resposta adequada e decisiva às crises que afetem diretamente os nossos interesses e a nossa segurança – sempre que possível com os nossos parceiros e, quando necessário, de forma independente.

A nossa capacidade de agir depende de um entendimento comum e inequívoco em relação ao que queremos ser capazes de fazer enquanto europeus no domínio da segurança e da defesa, como previsto na estratégia global da UE. É necessária uma orientação político-estratégica se queremos estar à altura das expectativas da Agenda Estratégica 2019-2024. Por conseguinte, o Trio apoiará plenamente o trabalho levado a cabo pelo alto representante no sentido da elaboração de "Orientações Estratégicas". A análise das ameaças comuns constituirá a base para que este diálogo estratégico contribua para chegar a um entendimento político comum e a um plano de desenvolvimento de capacidades em matéria de defesa mais orientado para os objetivos.

O Trio continuará a envidar esforços no sentido de reforçar a cooperação entre a PCSD e a JAI, o apoio prestado aos processos nacionais com vista a aumentar as capacidades para as missões civis da PCSD e muitas outras ações que garantam a aplicação integral do Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD, o mais tardar no início do verão de 2023. Realizar-se-ão vários seminários e duas conferências de avaliação anual de alto nível, e será criado um centro de excelência para a gestão civil de crises.

Continuarão os trabalhos para o desenvolvimento das iniciativas de defesa da UE e a coerência entre as mesmas, nomeadamente graças à execução das medidas sem precedentes dos últimos dois anos em todos os domínios fundamentais (CEP, AACD e Fundo Europeu de Defesa). Tal deverá incluir uma base tecnológica e industrial europeia de defesa mais forte, inclusiva e sustentável, que tenha em conta o papel das PME.

A coerência entre as iniciativas da UE relacionadas com a defesa e que visem satisfazer o nível de ambição da UE em matéria de segurança e defesa continuará a ser promovida mediante uma abordagem orientada para os resultados, a fim de reforçar a cooperação no domínio da defesa, dotando assim a União do conjunto adequado de capacidades e reforçando o seu papel de garante da segurança. O reforço da coordenação política estratégica e o acompanhamento da aplicação serão fundamentais para assegurar uma abordagem coerente no desenvolvimento das capacidades de defesa europeias.

Ao mesmo tempo, as três Presidências, juntamente com o alto representante, continuam plenamente empenhadas na parceria de segurança transatlântica, assegurando a complementaridade total entre todas as iniciativas relacionadas com a PCSD e a NATO. O reforço da coesão e da capacidade de ação conjunta da NATO e da UE incluirá a mobilidade militar, a cibersegurança e a defesa, o desenvolvimento de capacidades, as ameaças híbridas e o reforço das capacidades. À luz da atual pandemia de COVID-19, esse reforço inclui igualmente a assistência militar às autoridades civis e medidas destinadas a reforçar a resiliência e a preparação civil. Assim, será dada prioridade à cooperação estreita entre ambas as organizações e ao reforço do pilar europeu da NATO. A cooperação informal existente a nível técnico com a NATO constitui uma base sólida para uma colaboração forte e contínua, tal como sublinhado nos quatro relatórios intercalares elaborados até à data.

---